



AS TERRITORIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS E AS PARCERIAS PARA USO PÚBLICO: OS DESAFIOS NO ENTORNO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL MONTANHAS DE TERESÓPOLIS (RJ)

Clara Carvalho de Lemos¹
Rafael Ângelo Fortunato²
Mônica de Souza Corrêa³
Francisco Pontes de Miranda Ferreira⁴

INTRODUÇÃO

Até o século XIX, sociedade e natureza eram consideradas polos excludentes e a natureza como fonte ilimitada de recursos. Acreditava-se que o crescimento econômico não tinha limites. Atualmente, a partir da maior compreensão sobre os limites do planeta, o território torna-se condição e meio para a produção e no capitalismo isso significa a sua privatização e sua constante transformação em favor do mercado (Bernardes e Ferreira, 2002).

O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta e uma parte importante está localizada em áreas protegidas. Paisagens exuberantes, monumentos naturais e muitos serviços ecossistêmicos estão protegidos nos Parques, espaços criados para promover conservação, pesquisa científica, educação ambiental e visitação. Os investimentos nas Unidades de Conservação de Proteção Integral podem trazer inúmeros benefícios, inclusive na promoção de renda para a população do entorno através do turismo (SNUC, 2000).

A gestão das unidades de conservação no Brasil (Prates e Irving, 2015) é pautada, dentre outras diretrizes, pelo incentivo à participação efetiva da sociedade na sua criação e implementação. No entanto, a criação dos parques e demais áreas de proteção integral foi frequentemente acompanhada por uma série de consequências para as populações tradicionalmente ligadas a esses territórios,

¹Professora, Departamento de Turismo, Instituto de Geografia, e no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (Doutorado Interdisciplinar) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. clara.lemos@uerj.br.

²Professor, Departamento de Turismo, Instituto de Geografia, e no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (Doutorado Interdisciplinar) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. fortrafa@hotmail.com.

³Doutoranda do Programa de Pós - graduação em Meio Ambiente Interdisciplinar PPG-MA - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. monicacorreajr@yahoo.com.br.

⁴Doutorando do Programa de Pós - graduação em Meio Ambiente Interdisciplinar PPG-MA - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. arcalama@gamil.com.



inclusive obstáculos para sua inserção no desenvolvimento socioeconômico dentro e no entorno dessas áreas, trazendo limitações para o exercício de seus direitos e autonomias (Diegues, 2019).

Uma das estratégias utilizadas pela administração pública para incentivar a participação privada na gestão das unidades de conservação é o instrumento das parcerias, frequentemente associado ao argumento dos cortes orçamentários e da incapacidade do estado em gerir serviços de apoio ao turismo (ICMBio, 2018).

Assim, ao contrário do que pensa o senso comum, as unidades de conservação e, especialmente os Parques Naturais, não são espaços intocáveis. Grande parte dos usos e da exploração dos recursos permitidos nessas áreas prevê e potencializa atividades que contribuem para a geração de renda, emprego, aumento da qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável, sem prejuízo das atividades de manejo e conservação dos recursos naturais.

Nesse contexto, considerando que as parcerias vêm sendo desenvolvidas, sob diversos enfoques e modalidades, como forma de viabilizar serviços e infraestruturas de apoio à visitação nas áreas protegidas, pretende-se analisar de forma crítica e exploratória a viabilidade e os desafios para adoção de parcerias como forma de fortalecer as iniciativas de turismo no entorno do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, e integrá-las no contexto dos diversos benefícios socioeconômicos associados à visitação. Dessa forma, baseado em pesquisa etnográfica e ações extensionistas no território, nos interessou compreender sob que condições as iniciativas locais de turismo participam da prestação de serviços no Parque e quais os possíveis desafios para viabilizar e fortalecer essas parcerias.

METODOLOGIA

O estudo aqui apresentado foi realizado no 2º distrito do município de Teresópolis, em Santa Rita, onde está localizada a Sede do PNM Montanhas de Teresópolis. A investigação envolveu uma aproximação com os agentes do território, construído por um olhar, ouvir, escrever e aprender em uma perspectiva etnográfica.

O primeiro momento foi o de conhecimento na área rural de Santa Rita, por meio do Minicurso “Turismo e redes de colaboração”, do Programa de Extensão “Turismo Solidário, Cultura e Vida”, oferecido em setembro de 2021, mediado pelo



Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato, do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente - Doutorado - PPGMA Interdisciplinar da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ do qual participaram treze agricultores e agricultoras de seis unidades de produção. Esse primeiro encontro teve por objetivo realizar um diagnóstico com foco em troca de vivências e experiências, analisar o entorno de onde vivem e identificar desafios e potencialidades que afetam diretamente o desenvolvimento local. Buscou-se saber, ainda, sobre os aspectos socioambientais no que diz respeito a forma que entendem suas práticas, seu trabalho com a terra, interiorização do turismo, valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho, resgate da autoestima do campesino e estratégias de movimento em rede para a geração de emprego e renda.

O segundo momento envolveu visitas às unidades de produção rural, com o intuito de compreender o que se passava naquele coletivo e conhecer um movimento de cooperação realizado entre as unidades de produção, onde agricultores e agricultoras que residem há algum tempo em Santa Rita e novos moradores recém-chegados, organizaram diferentes atividades: mutirões, feiras, trocas de produtos agroecológicos, compra coletiva de insumos e formação de redes populares. Buscou-se compreender, ao longo da pesquisa, as diversas formas com que essas redes se relacionam com a gestão do Parque, cujas dinâmicas são essenciais para promover a sustentabilidade socioambiental, por meio da produção de novas territorialidades e novas ruralidades associadas às comunidades.

À pesquisa etnográfica somou-se uma pesquisa bibliográfica, em especial sobre as parcerias para uso público em unidades de conservação. Para a pesquisa bibliográfica, utilizou-se a metodologia de Gil (2002). Já a pesquisa etnográfica envolveu um percurso no campo. Para o antropólogo Hélio R. S. Silva (2009), a etnografia tem três fases, (situar, observar e descrever). A vivência do etnógrafo converte tais fases em atividades sincrônicas (andar, ver e escrever). Outras informações foram coletadas com base na observação direta proporcionada pelas visitas de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criado em 6 de julho de 2009, com uma área de 4.397 hectares, o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis - PNM Montanhas de Teresópolis é a



maior unidade de conservação de proteção integral, criada por um município, do Estado do Rio de Janeiro. O Parque possui em seu território uma imponente cadeia de montanhas onde se destacam os afloramentos rochosos, e conta, atualmente, com duas áreas de uso público para visitação: o Núcleo Pedra da Tartaruga e o Núcleo Santa Rita, situado na zona rural do 2º Distrito, é onde está localizada a Sede da unidade de conservação. A região tem como atividades predominantes a agricultura familiar e a agroecologia, com potencial para o desenvolvimento do turismo rural e o desenvolvimento de circuitos que integrem os atrativos da unidade de conservação e as atividades econômicas locais, tais como: agricultura orgânica, alimentação e hospedagem, por exemplo.

Paralelamente às diferentes atividades realizadas, o coletivo formado por agricultores e agricultoras de Santa Rita criou um projeto de turismo rural organizando roteiros e vivências em Mutirões Agroecológicos como parte do projeto Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário. A filosofia de trabalho do turismo solidário coloca-se como uma alternativa diferenciada de planejamento em que, conforme Fortunato e Neffa (2014), “o outro” é o diferencial, o outro é o que mais importa. O turismo solidário é uma nova forma de ver, sentir e fazer o turismo baseado em relações solidárias, onde ocorre estímulo para que o turista participe do cotidiano, colabore e estabeleça vínculos afetivos.

No contexto das parcerias e da prestação de serviços de apoio ao turismo no interior do Parque, foram identificadas iniciativas locais de prestação de serviços de alimentação, venda de produtos agroecológicos e artesanato, que ocorrem de forma regular, no âmbito de uma feira orgânica organizada pela gestão do Parque, durante os finais de semana, além de eventos comemorativos extraordinários ou regulares. Essas iniciativas representam um modelo de parceria ainda não formalizado, porém com ênfase no fortalecimento de um modelo de turismo de base comunitária, assentado na valorização e no protagonismo de produtores rurais e artesãos locais, com potencial para desenvolvimento de uma parceria público-comunitária, conforme discutida por Botelho e Raimundo (2023), e que se baseia na garantia de direitos sociais dos sujeitos implicados na visitação das áreas protegidas, e a reparação de desigualdades sociais por meio da redistribuição dos benefícios da riqueza gerada pelo turismo.



No entanto, a inclusão das iniciativas comunitárias locais começa a caminhar ainda de forma paulatina, tendo em vista o processo dinâmico e desafiador de construção coletiva de um circuito turístico no entorno da UC. O Circuito Santa Rita de Turismo Rural Solidário, apesar de já ter desenvolvido coletivamente uma série de atividades e mutirões, valorizando o protagonismo local e o pertencimento de alguns produtores locais a essa marca, ainda não se encontra formalizado, o que dificulta a construção de uma parceria com a gestão do Parque.

Considerações Finais

Concluímos que o aprofundamento do pertencimento territorial e a inclusão da população do entorno nos serviços prestados atualmente no interior do Parque por meio de parcerias têm potencial de se fortalecer por meio da consolidação do Circuito de Turismo Rural Solidário. Identificamos também em Santa Rita a construção do que estamos chamando de novas territorialidades e novas ruralidades socioambientais resultado de práticas sociais. O território neste estudo foi visto como palco da interação de grupos sociais que se defrontam na defesa de seus interesses e ações coletivas que trarão como resultado entre outras, rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-Chave: Novas territorialidades; Novas ruralidades; Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (RJ)

Referências

- BERNARDES, J.A. e FERREIRA, F.P.M. (2002). “Sociedade e Natureza”. In: CUNHA, S.B. e GUERRA, A.T. **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOTELHO, E. S.; RAIMUNDO, S. Aporte teórico-conceitual para a noção das parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 16, n.3, 2023, pp. 25-46.
- BRASIL Sistema Nacional de Unidades de Conservação (**Lei 9.995**), 2000.
- DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, vol. 50, Seção Especial: Diálogos de saberes socioambientais: desafios para epistemologias do Sul, p.116-126, 2019.



XI Sapis & VI Elapis

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

FORTUNATO, R.; NEFFA, E. Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. **Turismo em Analise**, Rio de Janeiro, V.5 N.1, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

ICMBio. **Parques do Brasil: visitar é proteger! Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018-2020**. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – ICMBio. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/parques_do_brasil_estrategia_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf>. Acesso em jun. 2023.

PRATES, A.P.L. e IRVING, M.A. Conservação da Biodiversidade e Políticas Públicas para Áreas Protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Vol.5 Nº1, 2015. p 28-57.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, 2020**. Disponível em: https://www.teresopolis.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/2_PNMMT_Plano_de_Manejo-1.pdf. Acesso em jul.2023.

SILVA, H. R. S. A Situação Etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jul./dez. 2009.